



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 012/2023

**Número de referência:** CGE-PRC-2022/00360 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual da Educação

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de acesso as atas das reuniões do Fórum Estadual de Educação de São Paulo realizadas no período de 2013 a 2016. Razões de recusa indicadas. Provimento negado.

**DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 012/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Educação, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão informou que os dados estão disponíveis para consulta em formato eletrônico: *"Em atendimento ao protocolo SIC-SP nº [REDACTED], informamos que as atas das reuniões do Fórum Estadual de Educação de São Paulo – FEESP estão disponíveis em <https://www.educacao.sp.gov.br/feesp>".* Insatisfeita, a solicitante apresentou apelo revisional cabível à Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022, alegando que algumas atas que foram solicitadas não estão disponíveis no site indicado.
3. Instado a complementar a informação o órgão esclareceu que todas as atas existentes estão disponíveis no endereço eletrônico fornecido.
4. Em análise do caso concreto, verifica-se que o requerente foi informado onde buscar as informações públicas produzidas ou custodiadas pelo ente demandado.
5. Ainda, oportuno lembrar que as manifestações de órgão público são revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme entendimento consolidado pela Controladoria Geral da União e acompanhado por esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público, que diz: "A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da fé pública. (...) Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental." (Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.)."
6. Considerando que o ente atendeu adequadamente ao pedido de informação formulado pelo requerente, indicando o local onde o solicitante pode obter a informação desejada, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, §1º, I e II, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 04 de janeiro de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público